

FMI vai avaliar desempenho econômico

O governo brasileiro não vai se comprometer com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a zerar o déficit público em 1989, embora este seja o objetivo da área econômica do governo. Na avaliação da equipe, com inflação baixa é possível financiar o setor público e, como o Brasil já tem um compromisso com o FMI de que o déficit será de 2% do PIB (Produto Interno Bruto), é preferível manter esse limite.

A missão técnica do Brasil embarca amanhã para os Estados Unidos, onde deverá apresentar um relatório sobre o desempenho da economia brasileira no ano passado e as estimativas para 1989. O FMI vai avaliar os resultados obtidos e, para manter o acordo e desembolsar novos recursos, deverá conceder *waiver* (liberar do compromisso) em relação à meta prometida para o déficit nominal — que inclui a correção monetária e cambial — no ano passado. O Fundo também terá que autorizar outro *waiver* pelo fato de o governo ter criado restrições cambiais no ano passado, quando proibiu por menos de dois meses que os turistas sacassem todos os dólares adquiridos para viagem antes de chegar ao seu destino.

No primeiro caso, o governo não

conseguiu manter o déficit nominal em 36,6% do PIB no ano passado, porque a inflação estimada para esse aumento era de 600%, e a acumulada no ano ficou em 904,8%. Com esse estouro, o déficit nominal ficou superior à meta, embora o número final ainda não tenha sido fechado. Já na questão cambial, os estatutos do Fundo proíbem empréstimos a qualquer país que aplique restrições nesta área. Na época, o Brasil foi obrigado a explicar os motivos da medida ao FMI.

Segundo um dos assessores da área, o governo não pedirá *waiver* formalmente ao FMI, porque as duas questões estão suficientemente claras, e os técnicos brasileiros vão se limitar a colocar os dados aos técnicos do Fundo. Com isso, no relatório que será encaminhado à diretoria da instituição, os próprios técnicos do FMI devem sugerir o ao país, evitando o constrangimento de um pedido formal do governo.

Déficit — A equipe econômica está convencida de que não existe mais espaço para reduzir ainda mais o déficit público, porque o Plano Verão cortou tudo o que era possível e não há meios de aumentar a receita. Por isso, embora trabalhe com zero como meta, acredita que o déficit operacional po-

derá ultrapassar um pouco este objetivo, o que, na sua opinião, não deverá dificultar o controle da inflação.

A avaliação dos técnicos é de que com a inflação baixa, provocada pelo Plano Verão, haverá uma tendência de monetização — aumento da moeda em circulação — por demanda do público, que não vai procurar transformar seu dinheiro em papel do governo com a mesma intensidade que fazia no contexto de inflação alta. Esse fenômeno já aconteceu no Plano Cruzado, mas com problemas para a economia, porque a taxa de juros estava negativa — abaixo da inflação — o que não está acontecendo agora. Com juros positivos, a expansão monetária não será inflacionária, segundo esses técnicos, e permitirá financiar o déficit do governo.

A expectativa dos assessores econômicos é que o FMI não vai exigir uma redução do déficit para zero, porque já aceitou a meta de 2% em 1989 — fixada no acordo do ano passado — e também porque a tendência é de queda. Em 1987, o déficit ficou em 5,5% do PIB; no início de 1988, o déficit em potencial era de 7% do PIB e o governo conseguiu reduzi-lo para 4% — o número ainda está sendo calculado. Assim, o resultado de 2% do PIB em 1989 significaria um corte pela metade do déficit.